

POLITÉCNICO DE LISBOA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Conselho de Representantes

Reunião Plenária

Ata n.º 2

Aos catorze dias do mês de fevereiro de 2024, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sala de Atos da Escola Superior de Educação de Lisboa, reuniu o Conselho de Representantes com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informações.**
- 2. Apreciação do Plano Anual de Atividades da ESELx 2024 e respetivo orçamento.**
- 3. Esclarecimentos relativos à oferta formativa financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).**

Estiveram presentes os/as conselheiros/as constantes na lista anexa (Anexo 1).

1. Informações

O presidente deu informação sobre o processo de revisão dos Estatutos da ESELx em curso, assinalando a receção dos contributos recebidos na presente semana provenientes da Associação de Estudantes e do Conselho Técnico-Científico, enviados no âmbito da auscultação à comunidade ESELx.

2. Apreciação do Plano Anual de Atividades da ESELx 2024 e respetivo orçamento.

O presidente do Conselho deu as boas-vindas à equipa da Presidência da ESELx e à Diretora de serviços, agradecendo a presença. De seguida explicitou a modalidade de organização da reunião proposta, tendo começado por dar a palavra à equipa da presidência.

A presidente da ESELx apresentou os princípios subjacentes à elaboração do Plano Anual de Atividades da ESELx 2024 (PAA) em apreciação, anteriormente enviado aos conselheiros. De seguida, os conselheiros tomaram a palavra para apreciar, pedir esclarecimentos e avançar sugestões relativas ao documento apresentado.

Tomou a palavra a conselheira Laurence Vohlgemuth que enalteceu a estrutura do documento, assinalando que considerou em falta a referência à ação relativa à celebração dos 50 anos do 25 de abril (1974-2024). A conselheira lembrou que há referências a outras datas, como é o caso do Dia Aberto, e perguntou se seria possível haver um aditamento

ao documento, para se mencionar o que a presidência prevê que venha a ser dinamizado no âmbito da comemoração dos 50 anos de democracia.

Tiago Almeida apresentou o que considera ser uma questão de fundo sobre o documento e que se prende com o que o mesmo representa para a vida da instituição, sobretudo numa operacionalização das medidas e ações elencadas no PAA. Sobre o modelo do documento, o conselheiro afirmou ter um entendimento diferente, pois considera ser um instrumento e que, por isso, deve haver a necessidade de serem mais bem explicitadas as estratégias de operacionalização, que considera que são na presente versão muito genéricas. Considerou que não fica claro o rumo e visão institucional da presidência da ESELx, dando o exemplo da reestruturação da oferta formativa.

Margarida Rodrigues afirmou apreciar a estrutura do PAA, considerando, contudo, haver a necessidade de maior concretização das ações elencadas. A conselheira pediu a retificação dos valores relativos aos docentes, adjuntos e coordenadores constantes no documento.

Teresa Pereira destacou positivamente a ação relacionada com a bolsa de instituições cooperantes e de investigação, pedindo esclarecimentos sobre o entendimento de contratação atempada de docentes em regime parcial, isto é, se se refere apenas ao período de lecionação ou se considera uma margem de tempo anterior ao início das aulas, que entende ser necessária para a organização dos cursos. A conselheira elogiou a articulação entre os Serviços de Ação Social, a Presidência e as coordenações de curso para a inclusão plena dos estudantes com necessidades específicas, sugerindo que seja considerada formação para os professores nesta área, por considerar deficitária. Por fim, a conselheira apontou para a necessidade de ser dada atenção ao estado atual das instalações e recursos da área artística, assinalando a necessidade de priorização da melhoria dos espaços do edifício P2.

Miguel Falcão considerou o plano apresentado para 2024 vago e aproximado ao de 2023, explicando que esperava que os planos anuais fossem a operacionalização do plano plurianual, por considerar que este é, também, vago. O conselheiro pediu clarificação sobre a alocação de verbas, pois afirma que é do conhecimento comum de que o Orçamento de Estado e o valor das propinas não são suficientes, interrogando sobre que medidas estão pensadas para gerar um orçamento superavitário. Questionou a informação referente à contratação de mais pessoal técnico de administração e gestão, que é apresentada como dependente das possibilidades de abertura de concurso, para as áreas de gestão Académica, de Recursos Humanos, Financeira, da Qualidade e da Produção de Recursos Educativos. Neste âmbito, questionou acerca de quais os concursos a abrir, se para as cinco áreas identificadas ou se serão para áreas em que exista maior défice de pessoal técnico. Deu mais um exemplo de falta de concretização do documento apresentado, assinalando que no mesmo se considera a necessidade de ação face às baixas taxas de resposta dos estudantes aos questionários da avaliação, mas, na sua leitura, não se fica a conhecer quais as estratégias pensadas para que haja aumento dessas taxas.

Rafael Carreira reiterou o caráter vago do documento, considerando que há necessidade de uma maior explicitação para que se identifique o que se espera que aconteça. Para terminar, assinalou ainda a relevância do ponto sobre internacionalização, que considera uma ação relevante para os estudantes e para a ESELx.

Janden Gomes assinalou que em algumas das dimensões do plano, sobretudo no que se refere a matérias de política educativa, gostaria de ver incluída explicitamente a Associação de Estudantes. O conselheiro deixou ainda algumas sugestões de ações que considera relevantes, como: na divulgação da ESELx serem incluídos o DesignLab e o FabLab, no sentido de ser ampliada a capacidade de captação de potenciais candidatos aos cursos de artes da ESELx; o uso da língua inglesa nas unidades curriculares eletivas como estratégia de incremento das competências linguísticas e atratividade dos cursos da escola para estudantes estrangeiros; e a retoma do serviço de reprografia. No final, interrogou acerca de quais as medidas que estão a ser consideradas no âmbito do desporto académico, na medida em que a gestão deste é competência da Associação de Estudantes.

Bianor Valente reconheceu o trabalho desenvolvido, reiterando a necessidade de concretização de algumas das ações apresentadas no documento. A conselheira deu alguns exemplos, como o das ações relativas à oferta formativa, em que não se avança sobre os critérios que serão definidos para a tomada de decisão. Reitera o exemplo sobre a necessidade de aumentar as taxas de resposta, mas que não explicita a estratégia a ser desenvolvida. A conselheira assinalou ainda a indistinção entre os PAA de 2023 e de 2024, dando o exemplo de ser apontada a monitorização dos percursos académicos dos estudantes, em 2023, esperando-se a concretização da medida de acompanhamento, em 2024. Deu ainda o mesmo para o recrutamento de funcionários. Concluiu dizendo que há uma fraca distinção entre o que é obrigatório, isto é, previsto nas funções da presidência e o que é o plano da presente equipa para a operacionalização das ações previstas.

Cristina Cruz questionou o sentido de criação de uma estrutura organizativa para captação e acompanhamento de projetos de investigação e desenvolvimento, assim como as medidas que se referem aos apoios a docentes e estudantes em eventos científicos e de criação artística e condições financeiras para apoio a docentes e estudantes no âmbito de da participação em congressos nacionais e estrangeiros. A conselheira referiu-se à implementação de uma estrutura organizativa para a captação e acompanhamento de projetos de investigação e desenvolvimento para perguntar a que estrutura se refere o mesmo, manifestando preocupação com um eventual esvaziamento da ação do CIED.

Joana Campos reforçou o exemplo anterior relativo à oferta formativa, sugerindo que os procedimentos relativos à tomada de decisão fossem mais bem explicitados. A conselheira saudou a ação da publicação atempada dos horários, mas assinalou que seria interessante uma ação no sentido de desenvolver procedimentos de melhoria dos horários, nomeadamente numa maior equidade entre cursos e espaços de lecionação, uma vez que

este é um dos aspetos mais negativamente avaliado pelos estudantes. Questionou ainda sobre a intenção subjacente à análise dos percursos académicos dos estudantes internacionais e dos PALOP.

O presidente do Conselho de Representantes secundou as intervenções anteriores, colocando a tónica na similitude do plano em apreciação com o do ano transato bem como na necessidade de um maior grau de detalhe, pois muitos dos objetivos elencados passam por declarações de interesse pouco explicitadas na sua concretização. Mais disse que existem objetivos e ações que se mantêm desde o plano de 2023, mas ficamos sem saber qual o grau de evolução dos mesmos de um documento para o outro. Sobre a gestão mais eficaz dos horários de trabalho do pessoal técnico de administração e gestão, relevou a importância de se defenderem os direitos dos funcionários, pois existem alguns que trabalham muito para além do limite de horas semanais, aspeto muito importante. Terminou lembrando a importância histórica do edifício principal e sugeriu que se avançasse para a sua classificação como imóvel de interesse público.

No final da primeira ronda de questões, sugestões e apreciações dos conselheiros, a Presidente da ESELx iniciou uma intervenção para as respetivas respostas, que se alargou aos demais elementos da sua equipa e à Diretora de Serviços. Carla Rocha agradeceu as sugestões, comprometendo-se com a inclusão da referência à celebração dos 50 anos do 25 de abril, entre outras. Esclareceu ainda o que considera ser resultado de leituras distintas das intencionalidades dos autores do plano, como por exemplo a criação de uma estrutura organizativa que não se deve confundir com as estruturas científico-pedagógicas da ESELx, afirmando que não há esvaziamento do CIED, há sim vontade de reforço do apoio à investigação. A presidente da ESELx explicou ainda a dificuldade de explicitar e concretizar um conjunto de medidas, dado o calendário e condições de execução do orçamento da instituição, tendo, por isso, a equipa da presidência optado por enunciar as ações cujos níveis de execução serão conhecidos na apresentação do relatório relativo às atividades de 2023.

A Diretora de serviços esclareceu acerca dos valores relativos aos docentes e postos de trabalho. Sobre as instalações e outras medidas, os vice-presidentes Cátia Rijo e Paulo Rodrigues responderam sobre o que já foi realizado, assinalando que há um conjunto alargado de ações previstas que têm vindo a ser concretizadas.

De seguida, os conselheiros voltaram a tomar a palavra para, novamente, comentar, questionar e avançar sugestões para o presente plano e planos futuros. Laurence Vohlgemuth mencionou que na definição de apoios para a continuidade de projetos em curso e a participação de docentes e estudantes em eventos científicos e de criação artística não é feita menção explícita ao CIED e ainda que nos Estatutos da ESELx existe um gabinete de apoio à internacionalização, mas que não é concretizado no PAA. Ademais, considerou imperioso que haja convergência entre os serviços plasmados nos atuais Estatutos da ESELx e a realidade funcional atual da instituição.

Tiago Almeida disse compreender o entendimento que a presidência da ESELx tem da estrutura do PAA, mas que gostaria de perceber como é que se vão cumprir as ações incluídas.

Margarida Rodrigues agradeceu as respostas dadas pela presidência da ESELx e pediu mais esclarecimentos sobre a criação de condições para a prossecução da oferta de projetos e ações de formação contínua nos diversos âmbitos de intervenção da ESELx, tendo sugerido que o Conselho Pedagógico passasse a ser envolvido no que está previsto relativamente à articulação da equipa da Presidência com os Serviços de Ação Social do IPL e as Coordenações de Curso, para a plena inclusão de estudantes com necessidades educativas específicas.

Teresa Pereira reforçou a sua preocupação para com a qualidade e manutenção dos espaços do edifício principal e edifícios anexos, sobretudo com as condições de trabalho e de lecionação nos P1 e P2.

Miguel Falcão pediu esclarecimentos sobre os números totais de docentes e de funcionários apresentados no PAA. Voltou a referir a falta de concretização das ações identificadas nomeadamente na concretização relativas ao orçamento.

Rafael Carreira apresentou dúvidas relativamente ao modo como se pretende operacionalizar a promoção de iniciativas que motivem os estudantes a serem mais participativos nas diversas atividades da escola ao longo do ano letivo, bem como a criação de condições para apoiar a participação dos estudantes no Desporto Académico e na organização de atividades desportivas e de lazer com e para a comunidade educativa, sublinhando nomeadamente a necessidade de maior explicitação.

Susana Torres sugeriu que se explicitasse no já referido ponto da contratação de mais pessoal técnico de administração para que áreas é que se pretender propor a abertura de postos de trabalho.

Bianor Valente e Cristina Cruz agradeceram os esclarecimentos prestados pela Presidência da ESELx, sendo que Cristina Cruz não se sente segura para votar o PAA, precisamente por culpa da opacidade da concretização das medidas e ações elencadas no documento. Bianor Valente sugeriu, com vista a contornar a falta de concretização do plano, a inclusão de uma ação concreta, como a existência de uma verba para um orçamento participativo, de modo a incrementar o envolvimento da comunidade académica.

Joana Campos assinalou a necessidade de serem conhecidas as ideias relativas à referida implementação de uma estrutura organizativa de gestão da bolsa de instituições cooperantes, no âmbito da iniciação às práticas profissionais/estágios.

No final, a equipa da presidência voltou a responder e a esclarecer as questões colocadas, agradecendo as sugestões. Cláudia Valente, Diretora de serviços, fez uma síntese em relação

às matérias de natureza orçamental e financeira, no sentido de esclarecer as dúvidas colocadas relativamente ao orçamento apresentado.

3. Esclarecimentos relativos à oferta formativa financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

De seguida, o presidente do Conselho de Representantes passou para o terceiro ponto da ordem de trabalho de reunião, que se iniciou com a apresentação pela equipa da presidência da ESELx de informação relativa ao programa PRR no Instituto Politécnico de Lisboa e ESELx, para enquadramento dos esclarecimentos solicitados por este conselho, relativos à oferta formativa financiada pelo PRR.

De seguida, o presidente deu a palavra aos conselheiros que colocaram questões e pediram esclarecimentos. Os conselheiros questionaram sobre a alocação de verbas no âmbito do PRR, nomeadamente, o desfasamento entre o que foi apresentado nas propostas submetidas e as aquisições de materiais entretanto realizadas. Outras questões prenderam-se com a execução das medidas, manifestando alguns dos conselheiros preocupação com a mesma, na medida em que os dados apresentados pareceram revelar um carácter tardio de ações como abertura de cursos, sem que tal signifique alargamento do prazo dado para finalização dos processos. Os conselheiros inquiriram ainda sobre as responsabilidades e os resultados das ações da ESELx no âmbito da candidatura do IPL.

Reunidas as questões e pedidos de esclarecimento, a equipa da presidência respondeu e esclareceu os conselheiros, com mais informações sobre o assunto. No final, os conselheiros solicitaram que a informação relativa à oferta formativa no âmbito do PRR fosse difundida à restante comunidade escolar, pois a mesa da presidência da ESELx avançou com a possibilidade de ainda neste ano letivo poderem surgir propostas de formação relevantes para a instituição, visto que o próximo ano letivo de 2024/25 seria o último ano em que poderia existir oferta formativa PRR.

Os conselheiros agradeceram a presença da equipa da presidência, reforçando a importância da apresentação de informação sobre PRR.

Após a saída da equipa da presidência da sala, o conselheiro Jaden Gomes questionou se o PAA 2024 seria posto à votação nesta reunião, considerando que a mesa da presidência se prontificou a integrar sugestões dadas pelos conselheiros.

Bianor Valente considerou que deveria ser pedida a versão resultante da discussão, para votação posterior. Margarida Rodrigues considerou que não existe essa necessidade, por se tratar de alterações pontuais. Rafael Carreira contrapôs, reforçando a necessidade de serem introduzidas as alterações para posterior apreciação e votação.

Ouvidos os vários conselheiros e considerando que a próxima reunião agendada terá lugar ainda neste mês de fevereiro, o presidente concluiu que será solicitada a versão revista do PAA 2024 à presidência, para votação posterior.

No final da reunião, foi lido e aprovado com 11 votos o memorando da reunião. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que será assinada pelo Presidente e por mim, que a secretariei.

Escola Superior de Educação de Lisboa

14 de fevereiro de 2024

O Presidente do Conselho de Representantes,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Nuno Ferreira".

A secretária,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Joana".